AV Congre

Programa Mais Cultura nas Escolas: desafios e possibilidades para a construção de sujeitos inter/transculturais¹

Ângela SOWA²
Rosane ROSA³
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

RESUMO

Esse trabalho visa refletir sobre a política pública Mais Cultura, implantada em 2013 no Brasil, que objetiva promover a interlocução entre experiências culturais e artísticas e o projeto pedagógico da Escola Pública. Além disso, o Mais Cultura pretende promover a Escola como espaço de circulação e produção da diversidade cultural. Esse artigo representa a fase inicial de um projeto de Iniciação Científica - PIBIC que objetiva mapear o desenvolvimento do Programa Mais Cultura em escolas públicas de Santa Maria para compreender como se dá o diálogo, as apropriações e as transformações decorrentes do encontro entre os saberes escolares e os comunitários. Para essa primeira fase, faremos uso da pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Mais Cultura, Educomunicação, Inter/transculturalidade.

Conjecturas Culturais

A cultura pode sugerir o aprendizado a partir da análise da origem de uma comunidade, da realidade social e econômica, da identidade cultural dela até explorar as multiculturalidades e manifestações presentes no meio.

Educar é introduzir o indivíduo na sua cultura, ensiná-lo a agir de forma com que siga as normas e valores coletivos, para que ele possa participar de um grupo secundário e continuar sua educação. Porém, são as culturas que diferem os povos, os seres-humanos, e fazem com que esses entrem em conflito desde o começo do tempo até a atualidade. Divergências culturais, religiosas, comportamentais, brigas de egos, todos defendendo que a sua cultura é a correta, sem pensar na miscigenação e aprendizado que uma poderia ter com a outra (SODRÉ, 2012).

Neste sentido, cultura pode ser vista de diferentes pontos, causando modificações na vida na medida em que o cotidiano é mudado. Cultura é um

¹ Trabalho apresentado no DT 06DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Estudante do 7º semestre do Curso de Relações Públicas da UFSM. Bolsista PIBIC.

³ Profa. Orientadora. Doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação pelo PPGCOM UFRGS. Profa. Do Departamento de Ciencias da Comunicação da UFSM.



conhecimento mutável, seja a partir de escolhas ou de fatores naturais, podendo alterarse a partir de cada aspecto da vida social das pessoas. Com esses múltiplos significados, definir cultura a partir de um único conceito não é algo possível. Desse modo, segundo Arias (2002, p.103) cultura é:

...una construcción específicamente humana que se expresa a través de todos esos universos simbólicos y de sentido socialmente compartidos, que le ha permitido a una sociedad llegar a "ser" todo lo que se ha construido como pueblo y sobre el que se construye un referente discursivo de pertenencia y de diferencia: la identidad.

A cultura é uma forma de interação humana, para construir identidades e sentimento de pertencimento. A interação entre os indivíduos faz com que se possa entender os mesmos signos, compartilhando da mesma linguagem.

Então, cultura além de promover a interação, é o comum para que os indivíduos sintam-se integrantes de determinados grupos, podendo afirmar que cultura é o elemento que já é presente no indivíduo assim que ele nasce, fazendo que ele seja parte de algo, pelo local de nascimento, classe social, cor e religião.

Muylaert (2000, p. 17) diz, que cultura segundo as ciências sociais,

"refere-se aos modos de vida de um povo, em toda a sua extensão e complexidade. Um conceito que procura designar uma estrutura social no campo das ideias, das crenças, costume, artes, linguagem, moral, direito, leis e etc. resultando em uma dinâmica de constantes tranformações".

Esse conceito explora a origem da palavra, que se dá a partir do significado de cultivar uma parcela de terra, posteriormente sofrendo a alteração de entendimento para a ação de cultivar o espírito, sequencialmente definido como uma formação pessoal ou educação do espírito, para chegar no Iluminismo como um conceito de inteligência. (VILA NOVA, 2009)

No conceito agrícola, cultura define inteligência e apoderamento de conhecimento. No sentido sociológico dessa palavra não é limitado acepções, sendo extremamente abrangente conceituando-se em "tudo o que resulta da criação humana". (VILA NOVA, 2009, p. 53)

Cultura para Neto (2002, p.17), é o "processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas. Um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna". Podendo ser algo que se adquire com novas experiências.



Pode-se entender, então, cultura por duas concepções, uma que caracteriza a existência de um povo, definida pelo local de nascimento, sendo essa a concepção mais usual quando analisamos as similaridades e distinções entre as comunidades, povos e nações, podendo dizer que cultural também é uma forma de agrupamento e comunicação (HALL, 2012).

A outra concepção é quando cultura é tratada como conhecimento, capacidade intelectual, e como elas são colocadas na vida social. Essa concepção também se liga a uma realidade social, porém trata do conhecimento que essa sociedade carrega.

Segundo Warnier (2000, p.21) "toda cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão discursiva em uma língua dada, fator de identificação dos grupos e dos indivíduos e de diferenciação diante de outra" com ou sem relação ao meio.

A partir desses apontamentos, ocorre a reflexão: cultura é um elemento que todo indivíduo carrega, assim como o acesso a ela é direito humano. A escola insere a cultura no ensino, como forma de incentivo e fomento ao conhecimento para o desenvolvimento humano, com a participação de alunos, professores e familiares, se torna um processo colaborativo e educomunicativo.

Nesse sentido, Hage (2011) afirma que a educação é um instrumento da transmissão de cultura às novas e futuras gerações, objetivando desenvolver e preservar a nossa sociedade, ocasionando a passagem de subjetividades e senso comum que entornam a sociedade.

O Direito à Cultura

A partir da explanação do conceito de cultura, podemos perceber que ocorre diferentes apropriações gerando diversas visões de cultura e sua posição frente a sociedade. Dessa forma, a cultura pode se tornar um ponto chave para o desenvolvimento humano ou um simples artefato dentre os diferentes conhecimentos. Sendo que a definição da importância está na escolha do conceito a qual irá se apropriar.

O direito a cultura está ligado ao pertencimento e as diferenças de cada grupo que defende o seu idioma, a história e solo, um sentimento que vai além da demarcação territorial, mas sim uma distância espacial que acaba resultando as diferenças sociais e temporais, pela falta de identificação e aceitação. Nesse sentido, a chave para o desenvolvimento e redução das



desigualdades identificação está na das semelhanças, quebrando a constantemente diáspora forma uma fronteira de exclusão, que e ciclicamente exclui a possibilidade de entendimento cultural no Brasil (CANDAU, 2003).

Como Canclini coloca, a desigualdade social e as diferentes culturais estão diretamente ligadas. Segundo o autor (p. 102, 2009) "os direitos culturais costumam concentrar-se no desenvolvimento de potencialidades pessoais e no respeito às diferenças de cada grupo "proteção do idioma, da história e da terra própria"" (CEPAL – IDH apud Canclini, 1997, p.37).

O estudo do CEPAL citado no livro Diferentes, Desiguais e Desconectados de García Canclini, refere-se à ampliação da noção de direitos culturais, ligando a valorização das diferenças com os direitos conectivos. A conexão entre os direitos culturais, sociais e econômicos é responsabilidade do Estado vigente, pois está ligado ao exercício da cidadania, assim como a atuação dos sujeitos está ligado às oportunidades oferecidas e realizadas pelo Governo.

Para Canclini (2009), cultura é o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação da vida social. Dessa forma, entende-se que pela cultura identificamos os signos equivalentes para que os índividuos criem relações e produzam conhecimentos a partir das informações trocadas, resultando na interação social. Segundo as palavras de Canclini, cultura é:

um conjunto de processos através dos quais dois ou mais grupos representam e in- ruem imaginariamente o social, concebem e gerem as redações com outros, ou seja, as diferenças, ordenam sua dispersão e sua incomensurabilidade mediante urna delimitação que flutua entre a ordem que torna possível o funcionamento da sociedade, as zonas de disputa (local e global) e os atores que a abrem para o possível. (2009, p.49)

O conceito não se resume apenas em obras de arte, museus ou objetos, mesmo que carregados de uma significância, esses exemplos precisam passar pelo processo de reconhecimento que se resume a um processo social de consumo e interação, assim se torna cultural. Nos processos existem diferentes maneiras de apropriações, apesar de divergentes, um uso não é menos legítimo que o outro, variando apenas o grupo social e sua escolha na significação e modos de circulação de mensagens.

Neste sentido, levantamos a questão: Como definir direito à cultura e sua aplicabilidade? Leis de incentivo abrem editais com àreas de atuação definida a fim de



segmentar e contemplar todos os campos culturais. A Lei vigente Rouanet nº 8.313 /1991, divide-se em diferentes frentes de atuação de incentivo à cultura, como: a formação, a produção, a conservação e a distribuição de conteúdos culturais préestabelecidos por áreas que valorizam o conceito de cultura como poder histórico e intelectual. Como um todo a Lei nº 8.313 se aproxima da amplitude indicando possibilidade de inclusão de diversas áreas nos processos sociais de uma determinado grupo e sua cultura, manifestada com diferentes possibilidades de atuação.

O grande problema da Lei Rouanet é sua falta de mapeamento dos projetos culturais, que muitas vezes por interesse dos produtores culturais e dos patrocinadores, passam a ser realizados frequentemente nos mesmos locais, indicados como grandes centros comerciais, impendido a circulação de bens culturais. Dessa forma, a população desconectada acaba não tendo acesso aos projetos, dificultando o processo de interculturalidade e de desenvolvimento sociocultural.

Nesse ponto Bourdieu (1979), coloca que as diferenças de gostos para apropriação cultural se dão a partir da distinção dos públicos, pelo tipo de obra produzida e pela ideologia política adotada, formando um sistema coexistente dentro de uma sociedade capitalista que organiza a distribuição desigual desses bens materiais e simbolícos. Para que ações pedagógicas de acesso a cultura contribuam de uma forma coerente precisa-se educar para entender o capital cultural do que está sendo passado.

Completando, Canclini indica que mesmo quando os bens culturais são formalmente oferecidos a todos, não é uma indicação de pertencimento igualitário, segundo o autor "não basta que os museus sejam gratuitos e as escolas se proponham transmitir a cada nova geração a cultura herdada. Só terá acesso a este capital artístico ou cientifico quem contar com os meios, econômicos e simbólicos, para dele se apropriar" (2009, p. 81).

Podemos compreender as políticas públicas voltadas à área como um meio de criar esse capital cultural indicado por Bourdieu, bem como para o acesso ao direito à cultura. Essas políticas, como é o Caso do Programa Mais Cultura volta-se a redução das desigualdades sociais, utilizando a escola como mediadora dessa relação por ser um local de formação e de desenvolvimento humano. Essas políticas visam garantir o direito humano e de cidadania a cultura, em igual nível de importância com os demais direitos.

Políticas Públicas educacionais e culturais



Na última década, o governo federal vem investindo em políticas públicas educacionais e culturais como uma estratégia para implantação gradativa do ensino integral na rede pública. Em 2007, foi implantado o Programa Mais Educação, com foco no processo participativo, o desenvolvimento do protagonismo dos participantes, inclusão social e promoção da interdisciplinaridade. Neste Programa são priorizadas as escolas com baixo percentual de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB e localizadas em regiões metropolitanas de vulnerabilidade social. O desenvolvimento das atividades se dá por meio dos seguintes macro campos: Acompanhamento Pedagógico; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; Economia Solidária e Criativa / Educação Econômica; Promoção da Saúde; Investigação no Campo das Ciências da Natureza; Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável (PASSO A PASSO MAIS EDUCAÇÃO)⁴.

Em outubro de 2009 foi instituído pela portaria nº971⁵ o programa Ensino Médio Inovador, integrando o plano de desenvolvimento de educação com a proposta de fomentar o desenvolvimento de currículos inovadores que desenvolvam as capacidades humanas, tornando-o mais dinâmico. Os macro campos para desenvolver atividades são: Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Cultura Corporal; Cultura e Artes; Comunicação e uso de Mídias; Cultura Digital; Participação Estudantil e Leitura e Letramento.

A educação integral contribui para a compreensão do direito de aprender e desenvolver-se intelectualmente, direito congênere ao direito à vida e a saúde.

Já em 2013, foi implantado o Programa Mais Cultura, para fomentar a valorização da cultura brasileira e inclusão de projetos culturais no ensino regular, voltado ao desenvolvimento de cidadãos críticos, criativos e com percepção artística. Trata-se de uma iniciativa de caráter interministerial entre os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC), que objetiva incentivar práticas culturais e artísticas em escolas públicas que já integram os Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador.

O Mais Cultura segue a perspectiva do Programa Mais Educação que objetiva a educação integral e tem como princípio o diálogo entre os macro campos para um

www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso maiseducacao.pdf. Acesso em: 30.08.2013.

www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/ensino medioinovador.pdf. Acesso em: 30.08.2013.

⁴ Passo a passo mais educação. Disponível em:

⁵ Ensino médio inovador. Disponível em:



ensino de qualidade voltado à redução das desigualdades sociais. Assim, as políticas se diferem pelo rigor de periodicidade, pois no Programa Mais Cultura não há exigência de carga horária regular semanal, as atividades podem ser realizadas conjuntamente com as aulas regulares e também nos finais de semana, com durabilidade mínima de seis meses. Cada escola tem liberdade de escolher os eixos temáticos e modalidade mais adequados a sua realidade.

As escolas integradas aos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador, ativas no ano de 2012, puderam participar do Programa Mais Cultura, lançado em 2013. Isso porque já adotam práticas de diversificação de espaços e tempos, bem como estão familiarizadas com a metodologia de projetos em turno integral. Nesse contexto, cinco mil projetos culturais foram selecionados das Escolas participantes e serão implantados a partir do primeiro semestre de 2014.

Os projetos devem estar afinados com o projeto político-pedagógico da escola e deve seguir o Plano de Atividade Cultural concebido e desenvolvido em parceria entre a Escola e a organização promotora ou promotor cultural: pontos de cultura, museus, produtores culturais, artistas, mestres de cultura popular e tradicional, cinemas, bibliotecas, coletivos culturais. O Mais Cultura está estruturado em eixos temáticos (MANUAL MAIS CULTURA, 2013):

- Residências de Artistas para Pesquisa e Experimentação nas Escolas:
 promover o intercâmbio cultural, por meio da residência artística e
 interação contínua entre o artista e escola, de forma a construir um
 ambiente de reflexão e experimentação cultural;
- Criação, circulação e difusão da produção artística: atividades culturais que auxiliem na melhor compreensão, por parte dos alunos, das manifestações populares e eruditas utilizando artes cênicas, audiovisual, música, artes da palavra, artes visuais;
- Promoção cultural e pedagógica em espaços culturais: atividades aplicadas em pontos de cultura, centros culturais, museus e cinemas.
- Educação patrimonial patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social: atividades que promovam pesquisas e valorização de bens culturais que envolvem a memória e identidade cultural da população brasileira, incluindo projetos de produção de materiais didáticos, pesquisas em arquivos, etc.



- Cultura digital e comunicação: técnicas de comunicação tradicionais e as modernas, comunicação digital, divulgação cultural via web, etc.
- **Cultura afro-brasileira:** atividades culturais que fomentam elementos das culturas africanas e cultura afro-brasileira.
- Culturas indígenas: atividades que compreendem manifestações culturais indígenas em suas diversas etnias: música dança cultura tradicional/oral, festas, culinária, linguagem, entre outros;
- **Tradição oral:** atividades que valorizam a difusão de sabres feita oralmente por mestres.
- Educação Museal: estão incluídas neste eixo, atividades de divulgação, pesquisa, registro para a preservação do patrimônio histórico e cultural, para que ocorra o diálogo entre o aprendizado escolar com a prática.

Nesses eixos podem ser incluídas quaisquer linguagens de arte e manifestações culturais que aportem assuntos que necessitam da abertura para diálogo nas escolas e nas comunidades escolares colaborando para uma reflexão crítica dos conteúdos. Assim, o Programa Mais Cultura possibilita que produtores culturais, pontos de cultura, museus e manifestações culturais criem projetos com aplicabilidade no ambiente escolar ou fora dele, que tenham relevância e proporcionem o diálogo com o conteúdo abordado nas disciplinas curriculares.

O diálogo cultura-escola pode ser aproveitado de forma criativa, desenvolvendo potenciais efetivos colaborando para um melhor aprendizado. Os profissionais ao desenvolver os projetos culturais, partem da elaboração de um Plano de Atividade Cultural em conjunto com a escola e professores, para que a experiência contribua para as práticas de ensino e estímulo interdisciplinar ao aluno que frequenta o ensino público voltado a uma educação cidadã.

Segundo Martín-Barbero (2011), é preciso uma avaliação, para entender se a escola atual dá conta de formas cidadãos que além de saber ler livros, sabe ler noticiários de televisão e hipertextos informáticos. Na visão do autor "a educação tem a missão de contribuir efetivamente no processo de criar nos jovens uma mentalidade crítica, questionadora, desajustadora da inércia, da acomodação da riqueza e da resignação na pobreza na qual as pessoas vivem" (2011, p. 134). Assim, é dever da escola possibilitar o acesso a um aprendizado, que transcende os livros didáticos, um saber presente nas comunidades, manifestações culturais e realidades que conflitam o



cotidiano das crianças, adolescentes e a comunidade. Trata-se de um processo de aprendizagem inter/transcultural que proporciona uma interação entre espaços formais e informais com expansão do tempo, do espaço e dos sujeitos educativos.

O axioma é desencadear o diálogo entre a iniciativa cultural e o projeto político pedagógico, tratando-se de um processo colaborativo entre a Escola e Entidades Culturais, decentralizando e democratizando a cultura. A Escola tem a liberdade na escolha do tema, da atividade, da periodicidade e aplicabilidade que melhor se adequar a realidade da sua comunidade educativa, cujo planejamento é concebido em conjunto com a entidade cultural selecionada.

Barbero (p.60, 2003) coloca que "até pouco tempo atrás a diversidade cultural foi pensada como uma heterogeneidade radical entre culturas, cada uma enraizada em um território específico, dotadas de um centro e fronteiras nítidas", demarcando outras culturas como ameaças a identidades próprias. Entendemos a escola como uma pluralidade de culturas, onde diversas pessoas têm sistemas de referência com diferentes cargas simbólicas, desde o professor até o aluno. Sendo assim, é na escola que a multiculturalidade está presente, onde o conhecimento se detém ao reconhecimento das diferenças como enriquecimento potencial da nossa cultura. (Martín-Barbero, 2003).

A escola é o espaço do diálogo entre as culturas, onde os sujeitos irão mostrar suas identidades para analisar suas igualdades e diferenças, entendendo que a chave para o desenvolvimento e redução das desigualdades está na identificação das semelhanças, quebrando a diáspora que constantemente forma uma fronteira de exclusão.

Assim, a escola seria um local de formação intelectual e cultural, onde centralizaria a reflexão sobre a educação interdisciplinar e com saberes transversais, onde o aluno aprenderia a conviver com as diferenças e não seria avaliado e repreendido, muitas vezes por não seguir o padrão nota 10.

Nessa concepção que retomamos a Educomunicação e sua importância no diálogo entre as disciplinas para a construção do saber, abrindo o campo para as interações culturais e descobrimento dos sujeitos. Segundo Alan Touraine (1997 p.219), só conseguiremos viver juntos se nos construirmos como "sujeitos da nossa própria existência". Na perspectiva do autor, o sujeito é uma alternativa para preservar as identidades culturais, em um "mundo cada vez mais globalizado em meio à sociedade obcecada pela pureza" (1997, p.213). Já Warnier (2000) coloca que a globalização cultural é um fenômeno da comunicação, mas a singularização cultural não vai ocorrer



pela homogeneidade dos meios e o acesso a informação de outras formas, além da televisão, mas pondera ele que os bens culturais estão sendo globalizados.

Segundo Touraine (1998) o papel da educação é fundante para formar o que " podría ser la escuela del Sujeto" (p. 22). Nessa Escola o aluno seria preparado para compreender outras culturas e os direitos sociais e assim partiria para o entendimento da democracia e da cidadania. Walzer (1983 ,p.132), também reforça a importância de uma educação intercultural, pois "respeitamos as diferentes expressões da regra na medida em que as reconhecemos com reiterações do nosso próprio esforço moral, empreendidas em ocasiões semelhantes mas em circunstâncias históricas diferentes e sob a influência de crença diferentes em relação ao mundo", ou seja, precisamos educar em diferentes culturas para quebramos a barreira do estranhamento. Nesse mesmo contexto, Touraine aborda a importância da democracia cultural, uma vez que ela luta "por um lado para permitir a utilização das técnicas e dos meios de comunicação pelo maior número possível de culturas" e por outro para preservar a alteridade cultural a fim de torna-las não só criadoras, mas sim produtos da coletividade real (1997, p.263).

Considerações Finais

A partir desse estudo, é possível compreender que as políticas culturais além de viabilizar o exercício do direito a cultura, contribuem para uma aprendizagem e formação cidadã capaz de conviver, respeitar e interagir com a alteridade.

Acredita-se que a acessibilidade e a pedagogia de projetos que fogem do ensino tradicional, como ocorre no Programa Mais Educação, Ensino Médio Inovador e, mais especificamente, o Mais Cultura, possibilitam o incentivo dos jovens a desenvolver múltiplas competências, bem como motivam para a participação na escola e na comunidade.

O Programa Mais Cultura, como visto anteriormente, contempla uma diversidade de macrocampos que contribuem para repensar o processo de ensino-aprendizagem, utilizando projetos culturais como instrumento para explorar a diversidade cultural e sua importância na formação do público infanto-juvenil. Assim, a Escola funciona como ponte para a formação de cidadãos com identidades abertas a inter/transculturalidade.

Essas políticas visam despertar a atenção dos jovens e dos professores a explorar o ambiente escolar como um meio social plural e intercultural, qualificando a educação, aumentando a reflexão e consciência crítica e política sobre os problemas sócio-



econômicos enfrentados nas comunidades onde estão inseridos, bem como um aprendizado voltado a uma cultura da paz e não violência porque reconhece a si e ao outro como sujeitos de direitos e deveres iguais.

No Programa Mais Cultura, a educação é vista como um meio de transmissão de cultura às novas gerações, mas de uma cultura aberta ao diálogo com as demais. Objetiva a acessibilidade à cultura como direito humano e de cidadania, desenvolver uma compreensão aguçada das diferenças culturais brasileiras, bem como dar a conhecer os diferentes campos de atuação da produção cultural. Para tanto, é preciso um trabalho cooperativo entre os produtores e os professores para aproveitar da melhor forma possível essa possibilidade de sinergia cultural voltada a uma interculturalidade pacífica.

O fim das divergências culturais está no reconhecimento das culturas com o entendimento das diferenças e similaridades, respeitando a alteridade de cada carga histórica. Fugindo da diáspora cultural, do enraizamento e o regimento tradicional que impede as trocas e aprendizados entre os povos, como Sodré (2012) coloca, a chave está no conhecimento que pode ser adquirido por meio do olhar sob o olhar do outro.

Cabe salientar que esse trabalho representa apenas um fragmento inicial de uma pesquisa (PIBIC) maior que pretende fazer um mapeamento do desenvolvimento do Programa Mais Cultura em escolas públicas de Santa Maria.

Referências

ARIAS, P. G. (2002). **La cultura.** Estrategias Conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia. Escuela de Antropologia Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala.

BORDIEU, Pierre. La distínction: critique social du jugemem. Paris: Minuit, 1979a. [La dúunción. Barcdona: Taurus, 1998.

BRASIL. Lei Rouanet nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991.

CANDAU, Vera Maria. Didática e Interculturalismo: uma aproximação. In LISITA, Verbena Moreira. SOUSA Luciana Freire E. C.P. (Orgs). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar.** Coed. Editora Alternativa, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconetados**: Mapas da intercuturalidade . 3cd. - Rio de Janeiro: Editora. UFRJ, 2009.

ENSINO MEDIO INOVADOR. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ensino_medioinovador.pdf. Acesso em: 30.08.2013

HAGE, Salomão Mufarrej. **Educação, escola e políticas educacionais na perspectiva dos estudos culturais críticos**: a produção do senso comum e as disputas pela hegemonia .Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel Pelotas [38]: 69 - 93, janeiro/abril 2011

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu de. (Org). **Identidade e Diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. Petropólis: RJ, Ed Vozes, 2012.

MAIS EDUCAÇÃO PASSO A PASSO. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf. Acesso em: 30.08.2013

MANUAL MAIS CULTURA NAS ESCOLAS. Dísponível em: .http://www.cultura.gov.br/documents/10877/672892/Manual+Programa+Mais+Cultura+nas+Escolas.pdf. Acesso em 30.08.2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, Adílson Odair. COSTA, Maria Cristina Castilho.(Orgs) **Educomunicação:** construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011. p.122-134

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Denis de. **Por uma outra comunicação.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

MUYLAERT, Roberto. **Marketing Cultural e Comunicação Dirigida**. São Paulo: Globo 1995.

NETO, Francisco Paulo de Melo. Marketing de Patrocínio. Rio de Janeiro: Sprint 2000

SODRÉ, Muniz. Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e rede. Ed. Vozes. 2012.

TOURAINE, Alain. **Iguais e diferentes**: poderemos viver juntos? Instituto Piaget: Lisboa. 1998.

VILA-NOVA, Sebastião. Introdução a sociologia. São Paulo: Atlas, 2009.

WARNIER, Jean-Pierre. A Mundialização da Cultura. Bauru: EDUSC, 2000.

WALZER, Michael, Spheres of Justice, Oxford, Basil Blackwel, 1983